

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Hospital Municipal M' Boi Mirim

CNPJ nº 66.518.267/0008-50

Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em Reais)				Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em Reais)			
Ativo	Notas	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2019	2018
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	8.354,44	27.966,70	Fornecedores	9	5.860.322,22	5.127.074,87
Adiantamentos a Fornecedores		36.951,78	25.314,72	Obrigações Trabalhistas	10	5.617.718,41	5.318.428,32
Adiantamentos a Empregados	5	479.426,74	498.934,72	Obrigações Sociais e Fiscais	11	4.179.490,30	4.127.252,58
Impostos Recuperáveis		2.865,18	2.865,18	Empréstimos Bancários	12	14.040.261,60	9.393.738,75
Créditos do Contrato de Gestão		19.438,08	3.400.000,00	Contas a Pagar		620.628,51	537.887,20
Estoques	6	2.094.362,03	2.020.542,45	Provisões para Férias e Encargos		10.050.529,14	9.804.471,67
Despesas Antecipadas		160.913,47	157.781,96			40.368.950,18	34.308.853,39
		2.802.311,72	6.133.405,73	Passivo Não Circulante			
Ativo não Circulante				Patrimônio Líquido Negativo			
Imobilizado	7	4.909.017,20	3.748.419,72	Provisões para Contingências	13	1.573.620,37	864.810,84
Intangível	8	65.518,75	73.897,51	Recursos Governamentais a Realizar		474.054,71	1.500.000,00
		4.974.535,95	3.822.317,23	Bens Públicos em nosso poder	14	4.974.535,95	3.822.317,23
Total do Ativo		7.776.847,67	9.955.722,96			7.022.211,03	6.187.128,07
Demonstração da Mutaçào do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em Reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em Reais)			
		Patrimônio Social	Superávit / Déficit	Transferências Patrimoniais		Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(26.671.962,64)	(3.978.547,15)	(239.474,16)		(30.889.983,95)	
Incorporação do Superávit Anterior		(3.978.547,15)	3.978.547,15	-		-	
Transferências Patrimoniais		(239.474,16)	-	239.474,16		-	
Superávit do Exercício		-	349.725,45	-		349.725,45	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(30.889.983,95)	349.725,45	-		(30.540.258,50)	
Incorporação do Superávit Anterior		349.725,45	(349.725,45)	-		-	
Incorporação das Transf. Patrimoniais		-	-	203.000,00		203.000,00	
Déficit do Exercício		-	(9.277.055,04)	-		(9.277.055,04)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(30.540.258,50)	(9.277.055,04)	203.000,00		(39.614.313,54)	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em Reais)							
<p>1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O CEJAM qualificado como Organização Social, em parceria com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - SBI-BHAE, através do Contrato de Gestão nº 004/2008 SMS.G/NTCSS firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo em 07 de fevereiro de 2008, vem desenvolvendo ações e serviços de saúde no Hospital Municipal M' Boi Mirim ("Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch") com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. Em 07 de fevereiro de 2011, através do Termo Aditivo nº 006/2011 SMS.G/NTCSS, ocorreu a renovação do prazo de vigência do contrato por mais três anos. No exercício de 2015 sua prorrogação ocorreu através do Termo Aditivo nº 012/2015 até 06 de agosto de 2015 e através do Termo Aditivo nº 013/2015 até 31 de dezembro de 2015. Para o exercício de 2016, o Termo Aditivo nº 018/2016-SMS.G/NTCSS, de 14 de abril de 2016, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de dezembro de 2016, com recursos para custeio, no montante anual de R\$ 154.620.977,02. Para o exercício de 2018, o Termo Aditivo nº 22/2017-SMS.G/NTCSS, de 12 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de março de 2018, com recursos para custeio, no montante anual de R\$ 38.053.908,27. Em 29 de março de 2018, através do Termo Aditivo nº 023/2018-SMS.G/NTCSS, ocorreu a renovação até 31 de dezembro de 2018, com recursos no montante de R\$ 125.863.371,00. Para o exercício de 2019, o Termo Aditivo nº 26/2019-SMS.G/NTCSS, de 02 de janeiro de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de março de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 41.276.457,00 e o Programa PRODOM - Melhorar em casa, com recursos no montante de R\$ 678.000,00. O Termo Aditivo nº 27/2019, de 03 de abril de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de maio de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 27.969.638,00. O Termo Aditivo nº 28/2019, de 31 de maio de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 30 de junho de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 13.984.819,00. O Termo Aditivo nº 29/2019, de 30 de junho de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de julho de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 13.984.819,00. O Termo Aditivo nº 30/2019, de 31 de julho de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de agosto de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 13.984.819,00. O Termo Aditivo nº 31/2019, de 01 de agosto de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 30 de setembro de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 13.984.819,00. O Termo Aditivo nº 32/2019, de 01 de outubro de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de outubro de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 15.851.485,67. O Termo Aditivo nº 33/2019, de 01 de novembro de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 30 de novembro de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 15.851.485,67. O Termo Aditivo nº 34/2019, de 01 de dezembro de 2019, prorroga o prazo de vigência do contrato de gestão até 31 de dezembro de 2019, com recursos para custeio, no montante de R\$ 15.851.485,67. A Entidade, para fazer frente ao déficit e patrimônio líquido negativo, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. 2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos, de abertura. 2.b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. 3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. 3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das</p>							
<p>disposições contratuais do instrumento. A entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • Instrumentos financeiros derivativos: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018. 3.b) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. 3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2019 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2018. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 3 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. 3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. 3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. 3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.g) Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3.h) Receitas: As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3.i) Despesas: As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. 3.k) Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.</p>							
4. Caixa e Equivalentes de Caixa							
		2019	2018				
Caixa		100,00	100,00				
Fundo Fixo de Caixa		2.000,00	2.000,00				
		2.100,00	2.100,00				
Bancos - Contas Movimento							
		2019	2018				
Banco Santander (Brasil) S.A.		6.254,44	25.866,70				
		6.254,44	25.866,70				
5. Adiantamento a Empregados							
		2019	2018				
Outros Adiantamentos		195.373,47	172.059,53				
Adiantamentos de Férias		284.053,27	326.875,19				
		479.426,74	498.934,72				
6. Estoques							
		2019	2018				
Medicamentos		668.585,01	613.312,45				
Materiais de Uso dos Pacientes		889.498,36	1.018.606,14				
Gêneros Alimentícios		97.889,53	69.029,99				
Produtos de Limpeza		154.512,65	52.823,48				
Materiais de Manutenção		65.865,26	49.317,93				
Rouparia		80.320,40	108.527,00				
Outros Materiais de Consumo		137.690,82	108.925,46				
		2.094.362,03	2.020.542,45				

A entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander, com limites máximos de R\$ 4.040.261,60 e R\$ 10.000.000,00, respectivamente, para garantir suas operações em caso de insuficiência de caixa. A taxa juros pós-fixadas equivale a 0,59% a.m. no Bradesco e 0,55% a.m. no Santander, acrescida do CDI.

13. Provisões para Contingências

	2019	2018
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.573.620,37	864.810,84
	1.573.620,37	864.810,84

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 240.000,00, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

continua